

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

21
Julho
2017



CLIP PING TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

Afastamento de prefeito é prorrogado

O prefeito afastado de Itapemirim, Luciano Paiva (Pros), ficará mais 30 dias longe do cargo e estará proibido de acessar qualquer dependência do Executivo Municipal. O vice Thiago Peçanha (PSDB) é o interino na prefeitura.

A decisão é do desembargador e relator do caso no Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES), Adalto Dias Tristão, que aceitou o pedido do Ministério Público do Estado.

Segundo a decisão, Paiva teria comprado imóveis rurais de parentes em desapropriações fraudulentas e com valores superfaturados e repassado a "laranjas".

Paiva já estava afastado desde março pelos crimes de lavagem de capitais, fraudes licitatórias, orga-



PAIVA ficará mais 30 dias afastado

nização criminosa, corrupção passiva, concussão e crime de responsabilidade.

A advogada de Paiva negou as acusações. "Estamos empenhados em comprovar que as acusações não possuem qualquer lastro".

Cliente vai à Justiça por tratamento

Moradora de Vila Velha fez micropigmentação na sobrancelha e ficou insatisfeita. Ela pede R\$ 2,4 mil ao salão para intervenção a laser



PACIENTE faz tratamento a laser, que é indicado para remover procedimento como o feito pela moradora de Vila Velha

Verônica Aguiar

Uma moradora de Vila Velha entrou com uma ação na Justiça para pedir a um salão de beleza o custeio de um tratamento a laser no rosto, após um procedimento que a deixou insatisfeita.

Dermatologistas teriam informado que o problema só poderá ser corrigido com uso de laser. A cliente pede R\$ 2.400 para o custeio das sessões, de acordo com informações do processo.

A cliente fez micropigmentação nas sobrancelhas. Ainda segundo informações do processo, ela argumentou que o procedimento a deixou com as sobrancelhas muito finas e afastadas.

Procurado, o proprietário da rede de salões onde ela fez a micropigmentação afirmou que o processo é realizado em duas etapas e que ela fez apenas uma.

“A reclamação não é condizente porque o trabalho ainda não está concluso. Ela só pode ter uma reclamação com justa causa com o procedimento concluso”, argumentou.

Segundo ele, são feitos pelo menos 100 desses procedimentos por dia e são raros os casos de judicialização. “A remoção a laser geralmente é quando o processo já está concluso e a pessoa não ficou satisfeita. Ele só é feito por médicos. Mas existe também o procedimento com ácido”, diferenciou.

PELE

Consultada sobre o processo envolvendo a moradora de Vila Velha, a dermomicropigmentadora Penha Arraz explicou que a micropigmentação é uma técnica por meio do qual o profissional desenha o pelo usando um aparelho chamado dermógrafo. Para isso só se penetra na primeira camada da pele. “A micropigmentação é indicada para corrigir imperfeições, camuflar cicatrizes e até mesmo calvície”, detalhou.

De acordo com Penha Arraz, a micropigmentação pode durar até dois anos, dependendo da técnica e do tipo de pele do cliente. Ela explicou também que faz a despigmentação utilizando ácido.

“É feito uma aplicação com ácido na primeira camada da pele e o pigmento vai saindo. O processo é feito uma vez por mês e pode durar até um ano, dependendo da profundidade da sobrancelha”.

Multa após corte de luz durante casamento

Um casal de Ibirapu foi surpreendido com a suspensão dos serviços de energia elétrica durante a realização de casamento.

Os noivos entraram na Justiça contra a companhia de eletricidade, condenada a indenizar os noivos em R\$ 10 mil, por danos morais. O atraso, de duas horas, na cerimônia acabou comprometendo também a festa, que tinha horário para início e término.

Paulo Hartung é intimado pela PF e presta depoimento, diz colunista

Depoimento foi motivado a partir do Inquérito 4141, que corre em sigilo de Justiça e investiga, entre outros crimes, propinas pagas pela OAS

O governador Paulo Hartung foi intimado pela Polícia Federal e prestou depoimento na Delegacia de Combate ao Crime Organizado, em Brasília. O interrogatório foi determinado pelo ministro do STF Luís Roberto Barroso e ocorreu, em sigilo, no primeiro semestre deste ano, de acordo com o jornalista Lauro Jardim, de O Globo.

Ainda segundo informações do colunista, o depoimento foi motivado a partir do Inquérito 4141, que corre em sigilo de Justiça e investiga, entre outros crimes, propinas pagas pela OAS. No inquérito, o senador José Agripino Maia (DEM) e seu grupo político são acusados de receber propina em obras do estádio Arena das Dunas, construído em Natal para a Copa de 2014.

As investigações trouxeram à tona outros casos suspeitos, que também passaram a ser apurados, entre eles, o do governador capixaba. Na campanha de 2014, Hartung recebeu R\$ 800 mil da OAS por meio do Diretório Nacional do partido - o que consta na declaração dele à Justiça Eleitoral.

Como o fato envolvendo Hartung surgiu em meio ao inquérito que apura pagamento de propinas a políticos, o STF deferiu pedido da PF para intimar o governador a dar sua versão sobre as circunstâncias relativas à doação - a maior recebida por ele na campanha de 2014.

O depoimento de Hartung não foi divulgado pela Justiça por força do sigilo decretado no caso.

“O governador Paulo Hartung não é investigado em nenhum inquérito em curso na Polícia Federal ou no Supremo Tribunal Federal. Ele compareceu à sede da PF exclusivamente na qualidade de declarante para esclarecer que recebeu doação legal de campanha em 2014, pelo partido Democratas. A referida doação é pública e suas contas foram aprovadas pela Justiça Eleitoral”, diz Rodrigo Rabelo, advogado do governador Paulo Hartung.

Notícias

Justiça capixaba nega pedido de mulher após suposta falha em procedimento estético

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

<http://www.radiojustica.jus.br/radiojustica/noticia!visualizarNoticia.action?entity.id=350054>

Detento foge de penitenciária e outro é baleado em Linhares

Segundo a Sejus, o foragido é Marcos Maia dos Santos, acusado de roubo e latrocínio

Um detento fugiu da Penitenciária Regional de Linhares, Norte do Espírito Santo, na noite desta quinta-feira (20). Segundo a Secretaria de Estado da Justiça (Sejus), o foragido é Marcos Maia dos Santos, acusado de roubo e latrocínio (assalto seguido de morte).

Na ocasião da fuga, outros três internos também tentaram escapar, mas foram impedidos por servidores da unidade. De acordo com a Sejus, um deles chegou a ser baleado na perna, foi socorrido e passa bem.

Sobre o foragido, a Secretaria informou que ele sendo procurado pela polícia. Quem tiver alguma informação que ajude a localizá-lo deve ligar para o Disque Denúncia. O número é o 181.

A Sejus disse ainda que Corregedoria da Secretaria está apurando com rigor as circunstâncias da fuga. O fato será comunicado ao juiz da Vara de Execução Penal e ao Grupo Especial de Trabalho em Execução Penal (Getep), do Ministério Público Estadual.

Prisão

Minutos depois da fuga, a Polícia Militar abordou um veículo Volkswagen Gol com cinco suspeitos nas proximidades da penitenciária. Com eles foram apreendidos um revólver calibre 32 com um munição intacta e uma touca do tipo balaclava.

Questionados sobre estarem naquele local no momento da fuga, os suspeitos disseram aos militares que estavam apenas fumando maconha. Sobre a arma, um deles afirmou que tinha comprado por R\$ 1 mil para se defender de desafetos.

Os cinco foram detidos e conduzidos à 16ª Delegacia Regional de Linhares. Segundo a PM, um deles, de 33 anos, tinha um mandado de prisão por roubo.

Integração com o Transcol

O primeiro passo para Vitória fazer parte do sistema Transcol, que é administrado pelo governo do Estado, foi dado ontem.

Os vereadores da capital aprovaram em primeiro turno uma emenda à Lei Orgânica que autoriza a prefeitura iniciar o diálogo com o governo estadual para unificação e integração dos ônibus da capital ao Transcol.

Para a nova regra passar a valer é preciso aprovar a emenda em segundo turno com o apoio mínimo de 10 dos 15 vereadores, o que deve ocorrer no início de agosto.

Líder do governo municipal na Câmara, Leonil Dias, reconhece que o sistema de transportes da capital é deficiente. “É um anseio da cidade se integrar ao Transcol. Hoje o sistema não atende mais a população de Vitória. Tínhamos, em 2004, 540 ônibus e chegamos a

2013 com metade disso”,

O presidente da Câmara, Vinicius Simões, disse que a unificação entre município e Estado é a saída que as cidades tem encontrado para se manter vivo o sistema de transporte.

Voto contrário, o vereador Roberto Martins disse que a unificação não garante a continuidade do projeto “Porta a Porta”, destinado a deficientes físicos. “O município foi condenado pela Justiça a aumentar o número de serviço de cinco para oito ônibus e não cumpriu. Ao votar essa integração nós estamos retirando a obrigação. Vamos buscar votos para barrar a aprovação.”

A previsão é de que a integração seja aplicada no município no início de 2018.

Já em Vila Velha, os estudos técnicos para a integração ao Transcol estão em andamento.

Moradores contra praça do pedágio na Enseada

As associações de moradores dos bairros Enseada do Suá, Praia de Santa Helena e Praia do Suá formalizaram junto à Agência de Regulação de Serviços Públicos (ARSP) o pedido de retirada ou transferência da praça do pedágio da Terceira Ponte no sentido Vitória-Vila Velha.

Segundo o presidente da associação de moradores, empresários e investidores da Enseada do Suá, Eduardo Borges, os três bairros são diretamente afetados pelo trânsito intenso, causando diversos transtornos aos moradores, como atrasos, perda de clientela e até problemas respiratórios por causa da poluição intensa proveniente dos escapamentos dos veículos.

“Queremos ter mais qualidade de vida, facilidade de acesso às nossas residências. Até a qualidade do ar fica prejudicada”, explicou Eduardo.

A ARSP informou que recebeu ontem o requerimento, mas destacou que há uma decisão judicial que impede, por ora, a realização de novos investimentos. Ainda segundo a nota: “ARSP acrescenta que continua contribuindo tecnicamente com o Poder Judiciário e com os órgãos de controle externo a fim de que o litígio seja equacionado.”

A Rodosol, concessionária responsável pela Terceira Ponte, preferiu não se manifestar, uma vez que ainda não foi notificada.